

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 01/07/2015 - Edição 1303

# Juiz determina bloqueio da conta do INSS para garantir salário dos vigilantes da Flash do RN

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 21ª REGIÃO  
3ª Vara do Trabalho de Natal

Avenida Capitão-Mor Gouveia, 3104, LAGOA NOVA, NATAL - RN - CEP: 59063-400

TEL.: (84) 40063241 - EMAIL: 3vtnatal@trt21.jus.br

PROCESSO: 0000745-39.2015.5.21.0003  
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: SIND INT DOS TRAB VIG EM EMP DE VIG E SEG PRIV, MONIT. ELET, AG TATICO MOVEL(ATM) VIG ORG, CURSOS DE FORM DE VIG, VIGIA E CENOFILOS DO RN - SINDSEGUR e outros  
RÉU: FLASH VIGILANCIA LTDA - EPP e outros

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Trata-se de reclamação trabalhista com pedido de concessão de antecipação dos efeitos da tutela de mérito para que seja determinado o bloqueio de faturas que a primeira reclamada tem a receber do litisconsorte, com o seu consequente depósito em juízo, bem como que seja determinado a expedição de ofícios à ré Flash Segurança Ltda, a fim de que esta forneça, em 48 horas:

a) planilha contendo a relação dos 232 empregados que laboram em favor da segunda e terceira reclamada, com especificação da remuneração (salário + adicionais (risco de vida, horas extras intrajornada, adicional noturno, hora extra noturna reduzida e dsr's), descontos legais, inclusive pensão alimentícia, salário líquido, e número da conta-salário de cada um, para que seja posteriormente depositados os referidos valores em cada uma das contas, inclusive a relação dos beneficiários de pensão alimentícia, com os valores e números das contas e, por fim, que seja determinada a liberação destes valores a cada um dos empregados relacionados através de depósito em conta salário; b) planilha contendo a relação dos 99 empregados demitidos, com cópia dos TRCT's especificando as verbas rescisórias, descontos legais, inclusive pensão alimentícia, salário líquido e número de conta-salário de cada um, para que seja posteriormente depositados os referidos valores em cada uma das contas, inclusive a relação dos beneficiários de pensão alimentícia, com os valores e números de contas; c) GFIP's relativas ao FGTS em atraso de maio/2015 e GFIP's relativas ao FGTS mais 40% da rescisão dos contratos.

Requer, ainda, que uma vez cumprido os itens acima, sejam liberados os valores líquidos aos assistidos através de depósito em conta-salário.

Afirma que os 232 empregados em questão encontram-se sem receber o pagamento do salário de maio/15, e estão na iminência de não perceberem o salário de junho/15, bem como os 99 empregados demitidos não receberam a rescisão de contrato, multa de 40% do FGTS.

É o que importa relatar.

assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: DECIO TEIXEIRA DE CARVALHO JUNIOR

O juiz da 3ª Vara do Trabalho, Décio Teixeira de Carvalho Júnior, determinou o bloqueio da conta do INSS em Natal e Mossoró a fim de que depositem em juízo os valores devidos a Flash Segurança em relação a parcelas vencidas.

Determinou ainda a liberação, por meio de depósito em conta corrente, dos salários mais adicionais dos 232 vigilantes da Flash que trabalham nos postos de serviço do INSS.

Além disso, a decisão judicial relativa à ação movida pelo

Sindsegur-RN determina que a Flash Segurança apresente, no prazo de cinco dias, a relação dos 99 empregados demitidos especificando as verbas rescisórias, descontos legais, inclusive pensão alimentícia, salário líquido e número da conta-salário de cada um.

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) já vinha acompanhando a situação e orientando o Sindsegur sobre as medidas que deveriam ser tomadas. No dia 22 do mês passado o presidente da CNTV, José Boaventura, acompanhou uma audiência que tratava sobre o assunto.

O coordenador-geral do Sindsegur-RN, Francisco Benedito (Bené), lembra que “mais uma vez a direção do nosso sindicato foi à luta em defesa dos direitos da categoria, numa demonstração de que não vai tolerar nenhum tipo de abuso contra os trabalhadores e as trabalhadoras vigilantes patrimoniais do RN. Essa é a nossa tarefa que o SINDSEGUR tem sabido encaminhar devidamente garantindo os direitos trabalhistas e as conquistas da categoria”.

Fonte: CNTV com Sindsegur-RN

# Metalúrgicos declaram apoio ao Piso Nacional dos Vigilantes



Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil é reconhecida e recebe apoio de outras categorias

Em visita a Brasília, dirigentes do STIMMMENI - Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói conheceram as instalações da CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes e declaram apoio ao Piso Nacional dos Vigilantes. Na oportunidade, o presidente dos Metalúrgicos e Secretário de Finanças da CNMCUT - Confederação Nacional dos Vigilantes, Edson Rocha, cumprimentou o mandatário da CNTV, José Boaventura, pela magnitude da campanha.

“Estamos vivendo um momento crucial para classe trabalhadora. Temos que unir forças e fortalecer as lutas uns dos outros. Sabemos o quanto é importante para os vigilantes alcançar o Piso Nacional para a categoria. Tem que haver luta, por isso estamos aqui para fortalecer essa batalha e ratificar o total apoio dos metalúrgicos de Niterói e de todo Brasil à campanha desenvolvida pela CNTV em conjunto com o Sindicato dos Vigilantes de Niterói que tem

o companheiro Cláudio Vigilante como presidente”, declara Edson.

José Boaventura (CNTV) retribuiu o apoio e se mostrou preocupado com a atual situação dos empregados do setor naval.

“A crise afeta todas as categoria. Estamos acompanhando as notícias sobre as demissões no setor naval, em especial, Niterói. Colocamos a nossa Confederação também à disposição dos companheiros para lutar pela garantia dos empregos. Temos muitos vigilantes que também trabalham dentro dos estaleiros. Na Bahia, já tivemos empresas fechadas e centenas de trabalhadores demitidos. Queremos contribuir para reverter esse quadro”, afirma Boaventura.

No encontro também participaram o diretor do STIMMMENI, Bitencourt do Sindicato, e o presidente do SVNIT - Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região e Secretário Geral da CNTV, Cláudio Vigilante.

“Para mim é uma alegria muito grande contar com o apoio dos metalúrgicos de Niterói na campanha pelo Piso Nacional. Em nossa cidade já trabalhamos em parceria que vem dando certo. A união das categorias é primordial para se alcançar os objetivos de nossas lutas. Agora, levamos essa parceria para outro patamar, agora é uma união nacional. Isso que precisamos”, conclui Cláudio Vigilante.

Outros presentes foram: Moisés Consolação (Presidente da FEVIG - Federação Interestadual dos Vigilantes do RJ, DF e GO) e Jadir Baptista da CUT/RJ.

Fonte: Svnit



# Empresas do grupo Embraforte aplicaram golpes semelhantes no RJ e SP

**Entre as supostas vítimas da transportadora fora de Minas estão Bradesco e casas lotéricas**

Antes de fechar a Embraforte, o empresário Marcos André Paes Vilhena e seus filhos compraram outras duas empresas de transporte de valores. Segundo depoimentos de funcionários à Polícia Civil, o dinheiro para as compras teria saído dos R\$ 22,7 milhões supostamente roubados do Banco do Brasil (BB) em Minas Gerais. A Transsafe, no Rio de Janeiro, e a RRJ Transporte de Valores, em São Paulo, também são suspeitas de golpes semelhantes ao praticado em solo mineiro.

Desde quinta-feira, vêm sendo mostrados detalhes do inquérito que apurou o roubo ao BB e culminou no indiciamento e no pedido de prisão dos donos e do gerente da extinta Embraforte. A peça cita também a Transsafe, que já fechou as portas, e a RRJ, que estaria em crise.

**Rio de Janeiro.** A Embraforte comprou a Transsafe no primeiro semestre de 2013. Em novembro do mesmo ano, a nova empresa já era alvo de uma investigação por desvio de dinheiro de clientes (lotéricas e um posto de gasolina). Segundo o inquérito da Polícia Civil carioca, os vigilantes recolhiam dinheiro nas lojas, mas a Transsafe não repassava os valores para a Caixa Econômica Federal. O prejuízo seria de R\$ 1 milhão. A corporação não informou se o inquérito foi concluído.

Parte do dinheiro desviado seria utilizado para esconder a fraude aplicada pela no Banco do Brasil. Na investigação feita pela polícia de

Minas, a transportadora é acusada de abastecer os caixas eletrônicos do BB com valores menores que o indicado no sistema do banco. Um operador de logística da Embraforte disse à polícia que, um dia antes das auditorias do banco, havia uma operação especial montada para abastecer os caixas eletrônicos antes da chegada da fiscalização. Parte desse dinheiro vinha do Rio. A Transsafe faliu em 2014 sem quitar as dívidas trabalhistas.

**São Paulo.** A única empresa do grupo ainda em operação é a RRJ Transporte de Valores. Ela foi comprada em novembro de 2013, logo quando o Banco do Brasil confirmou o roubo e apresentou uma queixa contra a Embraforte. Segundo funcionários disseram à polícia mineira, a empresa pagou R\$ 10 milhões para adquirir a RRJ, com o dinheiro que teria sido desviado do BB.

Segundo o inquérito da Polícia Civil de Minas, logo após adquirir a RRJ, Marcos André Vilhena teria ordenado a transferência de dinheiro da empresa paulista para a Embraforte, mas teria sido impedido pelo diretor comercial, Domênico Peta, que alegou que os valores pertenciam ao Bradesco. Ele foi demitido, e o Bradesco teve que colocar um representante do banco dentro da tesouraria da RRJ para conferir todos os malotes e evitar roubos.

Fonte: O Tempo

## Fala CNTV

A situação da Embraforte foi conhecida de perto pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), entidade que acompanhou e votou a favor do seu cancelamento junto à Polícia Federal (PF). Segundo o presidente da CNTV, José Boaventura, foram realizadas duas assembleias com os vigilantes da empresa em Belo Horizonte, em períodos diferentes, para tratar sobre a situação do transporte de numerário e sobre o descumprimento das obrigações trabalhistas.

“Ficou evidente que esses furos como não pagar férias, nem 13º salário, nem trocar o fardamento dos vigilantes – tudo constantemente denunciado pelos trabalhadores e sindicatos – era também uma forma de desviar dinheiro”, avaliou Boaventura. “A descoberta do golpe da empresa contra bancos e lotéricas mostra como o controle deste setor ainda é falho, pois confia a transportadoras valores realmente altos, mas sem acompanhar de perto qual é a conduta de cada uma”, concluiu.

Fonte: CNTV

# Vigilantes públicos de Sergipe levam bolo de aniversário ao Palácio dos Despachos

**Ato foi realizado como forma de protesto contra o governo pela categoria. Greve dura mais de um mês e vigilantes dizem que maioria ganha R\$ 640.**



Anderson Souza, diretor de comunicação do Sindivips  
(Foto: Tássio Andrade/G1)

O Sindicato dos Vigilantes Públicos de Sergipe (Sindivips) realizou um ato na frente do Palácio Augusto Franco nesta terça-feira (30). A categoria levou um bolo de aniversário para simbolizar o protesto. “Estamos comemorando um ano de luta, é o aniversário do nosso plano de carreira que foi implantado e nunca saiu do papel. Esse bolo representa a nossa tristeza e o nosso luto que estamos vivendo”, conta Anderson Souza Ramos, diretor de comunicação do Sindivips.

A greve dos vigilantes públicos completou 34 dias. “A greve tem mais de um mês e infelizmente o governo não está querendo negociar. A categoria quer voltar a trabalhar, as escolas estão abandonadas e o governo finge que nada acontece”, explicou o diretor de comunicação do Sindivips, Anderson Souza Alves.

Segundo Anderson Souza, a categoria não recebe periculosidade. “A nossa principal bandeira é o pagamento da periculosidade. No Brasil, Sergipe é o único estado que

não paga. E está pagando menos de um salário mínimo a um vigilante, que em média está ganhando R\$ 640, mas está pagando R\$ 4.500, por vigilante terceirizado. Como o estado está pagando para um terceirizado que não fez concurso?”, questionou o diretor.

Ele denunciou ainda o pagamento da periculosidade para alguns funcionários públicos. “Qual esse critério o critério governo adotou? Alguns servidores recebem e os vigilantes da educação não estão recebendo”, desabafou.

Fonte: G1

## Carro com adesivos de falsa empresa de escolta armada transportava drogas no Paraná



Divulgação/PRF

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) prendeu, na tarde desta terça-feira (30), um homem que transportava 127 quilos de maconha em um automóvel com adesivos de uma empresa de escolta armada. A empresa não existe.

O motorista, de 32 anos de idade, foi abordado pela equipe da PRF em Cascavel, no Oeste do Paraná, no quilômetro 592 da BR-277. Ele dirigia um Renault Logan. Dentro do porta-malas havia cinco caixas com 119 tabletes de maconha.

Preso em flagrante por tráfico de drogas, ele ainda apresentou

aos policiais rodoviários federais uma carteira de identidade falsa. O homem disse que pegou a droga em Cascavel e a levaria até Curitiba. A PRF encaminhou o preso, a droga e o carro para a 15ª Subdivisão da Polícia Civil em Cascavel.

No último dia 18, a PRF havia abordado um outro veículo com caracterização similar, em Laranjeiras do Sul (PR). Na ocasião, o motorista foi preso por porte ilegal de arma. Ele tinha uma pistola calibre 9 milímetros com 12 munições.

Fonte: Bonde

# PEC 171 é rejeitada no Congresso Nacional

A juventude venceu, mas a luta continua



Após mais de horas de debate, deputados não conseguiram aprovar diminuição da idade penal de 18 para 16 anos

“Pula sai do chão quem é contra redução”, com pulos e com este grito de guerra que deputados contrários à PEC 171 comemoraram, dentro da câmara dos deputados, a rejeição no primeiro turno da medida. Já lá fora, mais de 200 estudantes comemoram emocionados.

O substitutivo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171 do Deputado Laerte Bessa (PR-DF), que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos para crimes graves, não recebeu a quantidade suficiente de votos dos deputados federais para mudar a constituição.

Para a aprovação de uma PEC é necessário o voto de 308 deputados. A PEC da redução teve 303 votos sim, 184 disseram não e 3 abstenções, que preferiram não votar.

Jovens de todo o país ocuparam a grama e a parte interna do Congresso Nacional para pressionarem deputados à dizer NÃO para a redução da maioridade penal. Mesmo com Habeas Corpus que liberava estudantes para entrar na

galeria e acompanhar a votação, o presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, ignorou totalmente a decisão da ministra Carmen Lúcia do Supremo Tribunal Federal (STF), e não deixou entrar nas galerias muita gente contrária a proposta.

Quem acompanhou a votação viu, o debate foi bem tenso. Sabe quando você espera para ver se o juiz deu o gol que parecia estar impedido? Foi nesta expectativa, que movimentos sociais ficaram esperando o resultado da votação.

O deputado Celso Russomano (PRB), que disse sim à redução, afirmou que o erro foi quando aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “O jovem aos 16 anos quando procura trabalho, é negado, porque no ano que vem ele pode estar servindo a marinha e quem pagará os encargos sociais é a empresa. O jovem é preterido numa empresa e o resultado de tudo isso é a criminalidade e a violência”, afirma Russomano. Ele contrapõe

a lei do ECA que só pode trabalhar jovens acima de 16.

O deputado Paulo Maluf (PP), que também disse sim, aumentou sua voz para dizer que direitos humanos são para os humanos direitos.

Já para aqueles que disseram NÃO, os deputados foram unânimes em dizer que reduzir não é a solução. Líder do Governo, José Guimarães (PT) defendeu uma reforma profunda no ECA ao invés de colocá-los na cadeia. O deputado do PSOL, Chico Alencar, lembrou que com a redução a nossa juventude ao invés de ir para bancos escolares irão para os bancos de réus. O deputado Bacelar (PTN) contribuiu no plenário com a observação de que a população clama sim por punição, mas não conhece o ECA. “Colocar os jovens nas prisões brasileiras é ter certeza que o jovem não conseguirá voltar pra sociedade, nunca mais”, reafirma o parlamentar.

Os movimentos populares venceu a primeira batalha, mas ainda estamos em luta. Pode ser encaminhado para a votação no plenário a PEC original do ex-deputado Benedito Domingos, que reduz a maioridade de 18 para 16 anos para outros crimes, além do hediondos.

A mobilização continua nas ruas e nas redes, pois o tema poderá voltar ao debate na Câmara, talvez ainda nesta quarta-feira (01). Outros projetos podem ser analisados, além da proposta original do ex-deputado Benedito Domingos (PP).

Fonte: CUT

Expediente:  
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz  
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143  
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF